

Contratos-Programa

31. Contrato-programa a celebrar entre o Município de Braga e os TUB –Transportes Urbanos de Braga, E.M., para a realização do serviço público de transporte escolar especializado – School Bus para Todos.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal, o contrato-programa a celebrar com a empresa municipal TUB –Transportes Urbanos de Braga, E.M., a iniciar no ano 2024, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

Assunto: 'RESUMO'

PROPOSTA: Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal, o contrato-programa a celebrar com a empresa municipal TUB, a iniciar no ano 2024, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

O Técnico Superior

Anexos:

1. Contrato Programa_TUB_19-07-2023
2. Proposta_contratos-programa_TUB_transporte escolar

PROPOSTA

ASSUNTO: Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Braga e os TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M., para a realização do serviço público de transporte escolar especializado – School Bus para Todos

I. Exposição e Motivos

1. No âmbito da estratégia para o desenvolvimento económico, social e ambiental de Braga, é apresentada a presente proposta para a celebração de um contrato-programa com a empresa municipal TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M., com vista a implementar, em 2024, o programa School Bus para Todos, serviço público de transporte escolar especializado.
2. O programa School Bus para Todos, quando comparado com o atual modelo, emerge como uma solução inovadora orientada para o futuro, vital para a promoção de uma educação ecológica e segura, fundamental para a concretização da estratégia de mobilidade urbana sustentável.
3. Enquanto que o transporte público regular está sujeito a constrangimentos próprios de um serviço mais “aberto”, com percursos mais demorados e menos supervisionado, a especificidade deste novo modelo permite uma atenção mais direcionada para as necessidades dos alunos, garantindo uma experiência de viagem segura e dedicada, em que os veículos alocados avalizam um ambiente controlado, supervisionado, confortável e tranquilo, minimizando potenciais desvios e preocupações de segurança.
4. Por outro lado, com a implementação do School Bus para Todos, pretende-se não apenas promover a redução de tráfego nas áreas escolares, mas também contribuir para a melhoria geral da circulação rodoviária. Tratando-se de um serviço dedicado ao transporte escolar, é possível assegurar, não apenas uma maior otimização das rotas, como também uma melhor compatibilização entre os horários, o do transporte e o escolar, permitindo, assim, diminuir a presença de veículos

particulares nas ruas, sobretudo nos trajetos limítrofes às zonas escolares, e consequentemente, contribuir para a mitigação do congestionamento viário.

5. A autonomização do serviço de transporte escolar, terá também reflexos positivos no serviço de transporte público regular, permitindo conferir a este maior flexibilidade para estabelecer rotas e horários, para aumentar a capacidade de resposta, melhorar a qualidade do serviço e conquistar novos clientes, em suma, continuar a potenciar o uso do transporte coletivo como premissa fulcral para a concretização da política de mobilidade urbana sustentável.
6. Em termos de custo-benefício, não obstante o esforço financeiro adicional que será necessário assegurar, o projeto School Bus para Todos, gera benefícios económicos, sociais e ambientais muito superiores aos seus custos, produzindo um aumento de bem-estar social que justifica a sua implementação, desde logo para os estudantes, que desfrutaram de um serviço de transporte com mais qualidade e segurança, mas também, para a população de Braga em geral.

II. Enquadramento Jurídico e Financeiro da Pretensão

7. Os TUB são uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, cujo capital social é integralmente detido pelo Município, e que se rege pelo disposto no RJAEI, no Código das Sociedades Comerciais, nos seus Estatutos e, subsidiariamente, no regime do sector empresarial do Estado sem prejuízo das normas imperativas neste previstas.
8. Os TUB prestam o serviço de transporte público regular de passageiros nos circuitos urbanos na área geográfica do concelho de Braga, tendo essa exploração passado a reger-se por contrato de serviço público celebrado com o Município em 2020 (o «Contrato de Serviço Público»), ao abrigo do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (adiante designado por «RJSPT»), e do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros.
9. No âmbito do Contrato de Serviço Público de 2020, os TUB foram incumbidos de assegurar a satisfação do transporte que serve a população estudantil do concelho,

dando por esse meio cumprimento às obrigações emergentes para o Município do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

- 10.** Em concreto, estabeleceu-se no Contrato de Concessão em Regime de Exclusividade do Serviço Público de Transportes Rodoviário de Passageiros no Município de Braga 2020, que os TUB satisfariam as necessidades de transporte escolar do Município através do serviço público de transporte regular, o qual seria planeado e organizado para esse efeito através da introdução das adaptações ao Plano de Rede e Oferta que se revelassem adequadas.
- 11.** Todavia, a experiência de quase três anos de execução do Contrato de Serviço Público de 2020 revela ser preferível alterar essa opção inicial, de modo a que as necessidades de transporte escolar do Município sejam asseguradas não através das linhas regulares do serviço público de transporte, mas mediante a modalidade de transporte escolar especializado, conforme previsto no n.º 2 do artigo 37.º do RJSTP, recorrendo a linhas e veículos destinados exclusivamente ao transporte de alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário que frequentem estabelecimentos de ensino da rede pública localizados no concelho de Braga.
- 12.** O Município entende também ser preferível que o transporte escolar seja operado pelos TUB, enquanto seu operador interno e conhecedor da área de operação, dado que nos termos dos seus Estatutos os TUB têm por atribuição, entre outros, a prestação de transporte coletivo de passageiros, o que inclui por maioria de razão o transporte escolar especializado;
- 13.** Mais pretende o município que o transporte escolar especializado seja prestado a todos os seus utentes em regime de gratuidade, universalizando para toda a população estudantil servida pelo mesmo regime de gratuidade que resulta do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.
- 14.** A natureza dos serviços de transporte escolar especializado reconduz-se à previsão da alínea f) do artigo 45.º do RJAEL, sendo, portanto, um serviço de interesse geral suscetível de ser prestado pelos TUB ao Município.
- 15.** O artigo 47.º do RJAEL estatui que as entidades públicas participantes devem celebrar contratos-programa com as respetivas empresas locais de gestão de

serviços de interesse geral onde se defina detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, os montantes dos subsídios à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos sectoriais.

- 16.** Em virtude do carácter gratuito pretendido para o transporte escolar especializado, verifica-se que as receitas assim geradas pela exploração desse serviço não serão suficientes para cobrir os respetivos custos, devendo os restantes recursos financeiros necessários à exploração do serviço ser objeto de financiamento pelo município.
- 17.** A sua prestação tem, pois, uma dimensão que não é suscetível de ser remunerada à luz das regras de mercado, nomeadamente suportando os custos de estrutura e organização necessários ao cumprimento de responsabilidades que emanam da relação dos TUB com o município fruto do presente Contrato-Programa, razão pela qual é devido o pagamento de um subsídio à exploração, nos termos do n.º 2 do artigo 47.º do RJAEL.
- 18.** Por outro lado, cabe a este município assegurar a prossecução das atribuições nos domínios dos transportes, educação, ação social, ambiente e promoção do desenvolvimento, que lhe são acometidas nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2, alínea c), d), h), k) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, podendo socorrer-se do setor empresarial local nos termos do disposto no artigo 47.º, n.º 1 do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.
- 19.** O executivo pode ainda deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea o) do já referido Regime Jurídico das Autarquias Locais.
- 20.** Nos termos legais, a atribuição de apoio ou subsídios deve ser efetuada com base num pedido de apoio e sempre com deliberação do órgão competente, consignando-se expressamente as verbas disponíveis aos fins específicos.

- 21.** Para a tomada das decisões deve ser assegurado que os apoios concedidos geram uma "*mais-valia*" vocacionada para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população, através da concretização de programas, projetos ou atividades que prossigam o interesse municipal manifestado nas suas atribuições, atendendo ainda aos princípios gerais da atividade administrativa designadamente, os princípios da legalidade, igualdade, imparcialidade e transparência, o que inequivocamente se verifica na situação vertente.
- 22.** O apoio a conceder não consubstancia um subsídio ao investimento ou em suplemento a participações de capital.
- 23.** No que respeita ao controlo das atribuições dos apoios, impende sobre as empresas municipais, do ponto de vista gestor, o dever de informação sobre planos de atividades e orçamentos anuais e plurianuais, estimativa de operações financeiras com o Município que inclui a prestação anual de contas, relatórios de execução orçamental entre outras informações diversas. De igual modo, a minuta do contrato-programa prevê no seu articulado, de acordo com o previsto no artigo 47.º do RJAE, a eficácia e a eficiência que se pretende atingir, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitem medir a realização dos objetivos sectoriais;
- 24.** Caberá ainda ao executivo municipal, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alíneas a) e b) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, disponibilizar à Assembleia Municipal informação sobre a participação do município nas empresas municipais para efetivação dos deveres de acompanhamento e fiscalização desse órgão municipal.
- 25.** A minuta do contrato-programa prevê ainda no seu articulado o direito do Município verificar o cumprimento do documento contratual e o acompanhamento das ações propostas e a desenvolver.

Nestes termos, considere-se ainda que:

- 26.** O n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto estabelece que os contratos-programa são aprovados pelo órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo.

- 27.** Nos termos do n.º 7 do mesmo artigo, independentemente do cumprimento dos demais requisitos e formalidades previstos na lei, a celebração dos contratos-programa deve ser comunicada à Inspeção-Geral de Finanças e, quando não esteja sujeita a visto prévio, ao Tribunal de Contas.
- 28.** De acordo com o previsto na alínea h) do n.º 1 do artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, encontram-se isentos de fiscalização prévia os contratos-programa e respetivos atos de execução celebrados entre uma autarquia local e uma entidade do setor empresarial local, por via dos quais sejam transferidas competências, constituído mandato para a sua prossecução ou assumido o compromisso de execução de determinadas atividades ou tarefas.
- 29.** Em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 6 do art.º 25.º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o presente contrato-programa foi objeto de parecer prévio favorável por parte do Fiscal Único de cada empresa.
- 30.** A despesa tem enquadramento, na rubrica 0102/04010101 do Orçamento do Município, cabendo-lhe os números de cabimento 81854 com o compromisso sequencial 101183.

Em face do exposto, **proponho:**

Que o executivo municipal, delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o contrato-programa a celebrar com a empresa municipal TUB a iniciar no ano 2024.

O Presidente da Câmara Municipal,

Ricardo Rio, Dr.



MINUTA

Entre

O **Município de Braga**, pessoa coletiva número 506 901 173, com sede em Praça Municipal, 4700-435 Braga, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Exm.º Senhor Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes necessários para o efeito conferidos pela alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

adiante designado por «MUNICÍPIO»

e

TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M., pessoa coletiva número 504 807 684, com sede em Rua Quinta de Sta. Maria - Apartado 2383, 4700-244 Braga, neste ato representada por Teotónio Luís Vieira Andrade dos Santos e Sandra Cristina Leitão Cerqueira, na qualidade de administradores com poderes para o ato, nos termos do artigo 13.º dos Estatutos da sociedade,

adiante designada por «os TUB»,

Quando referidos conjuntamente, adiante designados por PARTES,

É celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais («RJAE»), o presente contrato programa.

CONTRATO-PROGRAMA

Considerando que:

- I) Os TUB são uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, cujo capital social é integralmente detido pelo MUNICÍPIO, e que se rege pelo disposto no RJAE, no Código das Sociedades Comerciais, nos seus Estatutos e, subsidiariamente, no regime do sector empresarial do Estado sem prejuízo das normas imperativas neste previstas;
- II) Os TUB foram originariamente constituídos ainda no século XIX, tendo tido por finalidade, desde o seu início, realizar o transporte público de passageiros na cidade de Braga, primeiro por carro elétrico, depois por troleicarro e, finalmente, por autocarro;
- III) Os TUB prestam o serviço de transporte público regular de passageiros nos circuitos urbanos na área geográfica do concelho de Braga, tendo essa exploração passado a reger-



se por contrato de serviço público celebrado com o MUNICÍPIO em 2020 (o «Contrato de Serviço Público»), ao abrigo do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (adiante designado por «RJSPT»), e do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros;

IV) No âmbito do Contrato de Serviço Público de 2020, os TUB foram incumbidos de assegurar a satisfação do transporte que serve a população estudantil do concelho, dando por esse meio cumprimento às obrigações emergentes para o MUNICÍPIO do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro;

V) Em concreto, estabeleceu-se no Contrato de Concessão em Regime de Exclusividade do Serviço Público de Transportes Rodoviário de Passageiros no Município de Braga 2020, que os TUB satisfariam as necessidades de transporte escolar do Município através do serviço público de transporte regular, o qual seria planeado e organizado para esse efeito através da introdução das adaptações ao Plano de Rede e Oferta que se revelassem adequadas;

VI) Todavia, a experiência de quase três anos de execução do Contrato de Serviço Público de 2020 revela ser preferível alterar essa opção inicial, de modo a que as necessidades de transporte escolar do MUNICÍPIO sejam asseguradas não através das linhas regulares do serviço público de transporte, mas mediante a modalidade de transporte escolar especializado, conforme previsto no n.º 2 do artigo 37.º do RJSPT, recorrendo a linhas e veículos destinados exclusivamente ao transporte de alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário que frequentem estabelecimentos de ensino da rede pública localizados no concelho de Braga;

VII) O MUNICÍPIO entende também ser preferível que o transporte escolar seja operado pelos TUB, enquanto seu operador interno e conhecedor da área de operação, dado que nos termos dos seus Estatutos os TUB têm por atribuição, entre outros, a prestação de transporte coletivo de passageiros, o que inclui por maioria de razão o transporte escolar especializado;

VIII) Mais pretende o MUNICÍPIO que o transporte escolar especializado seja prestado a todos os seus utentes em regime de gratuidade, universalizando para toda a população estudantil servida pelo mesmo regime de gratuidade que resulta do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro;

IX) Acresce a informação constante no Anexo 1 (Fundamentação e Objetivos do Projeto), que fundamenta a mudança de paradigma do ponto de vista da qualidade de serviço, ao nível da eficácia e eficiência.

Considerando também que:



X) Nos termos do n.º 4 do artigo 37.º do RJSPTP, a contratação de serviços especializados de transporte escolar é realizada «de acordo com a legislação aplicável em matéria de contratação pública»;

XI) Sendo o único acionista dos TUB, o MUNICÍPIO é a sua entidade pública participante na aceção do artigo 5.º do RJAEL e exerce sobre a empresa uma influência dominante tal como definida no artigo 19.º do mesmo diploma;

XII) A contratação dos TUB pelo MUNICÍPIO realiza-se com dispensa de observância de um procedimento pré-contratual segundo a Parte II do Código dos Contratos Públicos, conforme estipulado no artigo 5.º-A, n.º 1, desse mesmo Código, porquanto:

- i. O MUNICÍPIO exerce isolada e diretamente sobre a atividade dos TUB um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços;
- ii. Os TUB desenvolvem integralmente a sua atividade no desempenho de funções que lhe foram confiadas pelo MUNICÍPIO;
- iii. Não há participação direta de capital privado nos TUB;

XIII) A natureza dos serviços de transporte escolar especializado reconduz-se à previsão da alínea f) do artigo 45.º do RJAEL, sendo, portanto, um serviço de interesse geral suscetível de ser prestado pelos TUB ao MUNICÍPIO;

XIV) O artigo 47.º do RJAEL estatui que as entidades públicas participantes devem celebrar contratos-programa com as respetivas empresas locais de gestão de serviços de interesse geral onde se defina detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, os montantes dos subsídios à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos sectoriais;

XV) O artigo 26.º dos Estatutos dos TUB permite a celebração de contratos-programa para o exercício de funções relacionadas com o seu objeto, em particular o transporte escolar especializado, que o MUNICÍPIO lhe pretende incumbir de realizar;

XVI) Em virtude do carácter gratuito pretendido para o transporte escolar especializado, as PARTES reconhecem que as receitas assim geradas pela exploração desse serviço não serão suficientes para cobrir os respetivos custos, devendo os restantes recursos financeiros necessários à exploração do serviço ser objeto de financiamento pelo MUNICÍPIO;

XVII) A sua prestação tem, pois, uma dimensão que não é suscetível de ser remunerada à luz das regras de mercado, nomeadamente suportando os custos de estrutura e organização necessários ao cumprimento de responsabilidades que emanam da relação dos TUB com o MUNICÍPIO fruto do presente Contrato-Programa, razão pela qual é devido o pagamento de um subsídio à exploração, nos termos do n.º 2 do artigo 47.º do RJAEL;

XVIII) Mais refere o n.º 3 do artigo 47.º do RJAEI que o desenvolvimento de políticas de preços das quais decorram receitas operacionais anuais inferiores aos custos anuais «depende da adoção de sistemas de contabilidade analítica onde se identifique a diferença entre o desenvolvimento da atividade a preços de mercado e o preço subsidiado na ótica do interesse geral»;

XIX) Assim, o Contrato-Programa que ora se celebra determina os termos da fixação do valor de subsídio à exploração necessário à manutenção do equilíbrio das contas da empresa, atento ao esforço associado à prestação deste serviço, que é superior aos meios de exploração libertos pelas suas atividades, em função dos elementos apurados no Anexo 3 (Cálculo e justificação do subsídio à exploração);

XX) A atribuição do subsídio à exploração aos TUB não dispensa que esta empresa promova a arrecadação de mais receitas em resultado do exercício de outras atividades;

Considerando, por fim, que:

XXI) Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 6 do artigo 25.º do RJAEI, foi em [•] emitido o parecer prévio favorável do Fiscal Único dos TUB sobre a celebração do presente Contrato-Programa;

Comentado [PM1]: Ver a questão do fiscal único

XXII) Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 47.º do RJAEI, que estabelece que os contratos-programa são aprovados pelo órgão deliberativo da entidade participante, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que estabelece que aprovação de encargos plurianuais carece de autorização do órgão deliberativo dos municípios, a minuta do presente Contrato-Programa foi aprovada pela Assembleia Municipal do Município de Braga na sua reunião de [•], sob proposta da Câmara Municipal aprovada na sua reunião de [•];

XXIII) O encargo financeiro decorrente do presente Contrato-Programa tem enquadramento orçamental nas rubricas 0102/04010101 do orçamento de 2023 do Município de Braga, com inscrição no Plano de Atividades Municipal, com o número de cabimento 81854, e com compromisso sequencial n.º 101183, com registo em sistema contabilístico dos compromissos plurianuais para anos seguintes;

Comentado [SMCL2]: Falta validação da contabilidade

XXIV) O presente Contrato-Programa foi igualmente aprovado em minuta pelo Conselho de Administração dos TUB, por deliberação de 05-04-2023, no exercício das suas competências estatutárias;

Comentado [SMCL3]: Validar pela TUB

XXV) O presente Contrato-Programa está isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas nos termos do disposto no artigo 47.º, n.º 1, alínea h), da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua atual redação;



E que se rege pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I: DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª | Objeto

1. O presente Contrato-Programa atribui aos TUB a incumbência de prestar o serviço público de transporte escolar especializado na área geográfica de Braga, ao serviço do MUNICÍPIO, e define as respetivas condições de prestação.
2. O presente Contrato-Programa estabelece ainda o valor e o modo de realização das transferências financeiras de que os TUB carecem para assegurar, de forma completa e cabal, o financiamento da sua atividade, a que se referem os artigos 34.º, n.º 2, e 47.º do RJAEL, em resultado do desenvolvimento de políticas de preços determinadas pelo MUNICÍPIO das quais decorrem receitas operacionais anuais inferiores aos custos anuais.
3. O presente Contrato-Programa estabelece, por fim, as obrigações de reporte, os indicadores de eficiência e eficácia da implementação dos objetivos a prosseguir pelos TUB.

Cláusula 2.ª | Fundamento

O fundamento da necessidade do estabelecimento da presente relação contratual alicerça-se na correta avaliação das atividades pela empresa, com o adequado levantamento das necessidades de intervenção assim como da sua quantificação, que demonstram que os TUB asseguram de forma mais eficiente a satisfação das necessidades do MUNICÍPIO respeitantes ao transporte escolar.

CAPÍTULO II: PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE INTERESSE GERAL – OBRIGAÇÕES

Cláusula 3.ª | Missão

1. Pelo presente Contrato-Programa o MUNICÍPIO determina aos TUB a prestação do serviço público de transporte escolar especializado de passageiros em modo rodoviário da sua competência, na sua área geográfica.
2. Os TUB praticarão todos os atos jurídicos, administrativos e materiais atinentes à prestação do serviço de interesse geral de transporte escolar especializado, utilizando para tal os melhores critérios de gestão, promovendo a mobilização e a afetação eficiente e eficaz



dos recursos necessários para o efeito de forma para alcançar qualidade do serviço pretendida, respeitando os prazos e controlando os custos, concorrendo dessa forma para a boa satisfação do interesse público.

3. Os poderes confiados aos TUB, para além dos expressamente indicados no presente Contrato-Programa, incluirão os demais que sejam preparatórios, complementares ou subsidiários daqueles que se venham a revelar necessários, adequados ou indispensáveis à perfeição da gestão confiada.

4. O MUNICÍPIO monitorizará o cumprimento pelos TUB da sua missão, tal como definida nos números anteriores.

Cláusula 4.ª | Âmbito

1. Os TUB obrigam-se a realizar a operação do serviço público de transporte escolar especializado de passageiros em perfeita conformidade com o disposto no Contrato-Programa, bem como com as disposições legais e regulamentares que, em cada momento, estejam em vigor.

2. No âmbito da operação, os TUB são designadamente responsáveis pela realização das seguintes atividades ou conjunto de atividades:

i) Garantir a execução do serviço público objeto do Contrato-Programa, incluindo a rede, o material circulante e todos os outros bens necessários à boa prossecução das atividades, de modo a assegurar um serviço público de transporte de passageiros de qualidade, rápido, seguro e eficiente, usando para o efeito as melhores práticas, e satisfazendo as necessidades de procura verificadas em cada momento;

ii) Assegurar o cumprimento do Plano de Operação, garantindo que o serviço de transporte cumpra, em cada momento, todas as necessidades de procura que se venham a verificar, organizando adequadamente os respetivos níveis de serviço e assegurando condições de comodidade, rapidez e segurança;

iii) Promover e implementar um adequado sistema de gestão de ocorrências anómalas, incidentes e acidentes;

iv) Prestar os serviços de transporte a todos os utentes, de acordo com o nº 3 do presente artigo, sem qualquer discriminação quanto às condições de acesso e de realização, para além das que sejam impostas pelo regime tarifário e pela lei;

v) Dispor de recursos humanos em qualidade e número adequados para levar a cabo as ações exigidas pela operação do serviço público objeto do Contrato-Programa, se necessário recorrendo à contratação de prestadores de serviços de transportes;



vi) Obter e atualizar todas as autorizações e/ou licenças para os recursos humanos e para a operação e manutenção do serviço público objeto do Contrato-Programa;

vii) Cumprir os condicionamentos ou limitações impostos pelas autoridades competentes e que se projetem na atividade de operação, nos termos das disposições legais e regulamentares vigentes em cada momento;

viii) Cumprir as normas legais, contratuais e regulamentares aplicáveis às atividades de operação.

3. O serviço público de transporte escolar especializado é prestado gratuitamente pelos TUB aos respetivos utentes; apenas podem aceder à utilização do serviço público de transporte escolar especializado os alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário que frequentem estabelecimentos de ensino da rede pública localizados no concelho de Braga.

4. Nas linhas e veículos afetos ao transporte escolar especializado é vedada a tomada e a largada de passageiros não pertencentes à população estudantil a que se refere o número anterior, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

Cláusula 5.ª | Operação

1. Os TUB obrigam-se a prestar uma oferta de serviço público de transporte escolar especializado que assegure a satisfação da procura, em especial no que concerne às deslocações do tipo casa-escola-casa, através de linhas e veículos dedicados.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, os TUB elaboram e executam um Plano de Operação, indicando as linhas, circulações e veículos afetos em conformidade com a Rede constante do Anexo 2 (Escolas_Percursos_Horários_Km_Nº Alunos) e com as demais exigências do Contrato-Programa.

3. O Plano de Operação, constante do Anexo 2 (Escolas_Percursos_Horários_Km_Nº Alunos) em vigor é parte integrante do Contrato-Programa, para todos os legais efeitos, e contém obrigatoriamente:

i) Indicação do número de veículos que constituem o material circulante necessários ao longo de todo o período da Operação;

ii) Indicação do número de veículos que constituem o material circulante necessários para operar cada linha;

iii) Identificação dos veículos a afetar a cada linha e horário do serviço público descrito na Rede;

iv) Número de motoristas afetos a cada linha, identificados através de um sistema anonimizado.

4. O Plano de Operação tem uma vigência anual, exceto se de outra forma for acordado entre as PARTES, abrangendo os períodos escolar e de férias escolares.
5. Os TUB elaboram e apresentam anualmente uma proposta preliminar de Plano de Operação até 10 dias úteis antes da data de início do ano letivo; a proposta deve cumprir com os parâmetros definidos no Anexo 2 (Escolas_Percursos_Horários_Km_Nº Alunos), podendo no entanto contemplar, de forma fundamentada, propostas de adaptação do disposto no referido Anexo às necessidades da procura, designadamente no que concerne a linhas, percursos, horários, número de circulações ou paragens, as quais estão sujeitas à aprovação do MUNICÍPIO.
6. Compete também aos TUB, na elaboração da proposta preliminar de Plano de Operação, a incorporação das adaptações ao disposto no Anexo 2 (Escolas_Percursos_Horários_Km_Nº Alunos), que se revelarem necessárias e adequadas em resultado de alterações e/ou restrições ao trânsito automóvel, vias rodoviárias, paragens ou terminal rodoviários, eventualmente impostas pelo MUNICÍPIO ou outras entidades públicas.
7. Recebido o Plano de Operação apresentado pelos TUB nos termos do n.º 5, o MUNICÍPIO pronuncia-se sobre a conformidade deste com o disposto na presente cláusula, no prazo de 3 (três) dias úteis, podendo emitir instruções vinculativas que determinam automaticamente a sua reformulação ou correção caso se verifique alguma desconformidade.
8. Esgotado o prazo referido no número anterior sem que o MUNICÍPIO se pronuncie sobre o Plano de Operação apresentado, este é considerado como aprovado e entra em vigor nos termos dos números seguintes.
9. Salvo impedimento justificado, designadamente atraso na sua aprovação pelo MUNICÍPIO, e sem prejuízo do disposto no número seguinte, o Plano de Operação aprovado nos termos dos números anteriores entra em vigor no início do ano letivo, de cada ano e cessa a partir da entrada em vigor do Plano de Operação seguinte.
10. Os TUB articularão uma nova proposta final de Plano de Operação com os agrupamentos escolares e com o MUNICÍPIO até ao final do mês de outubro, devendo elaborar e apresentar uma proposta final de Plano de Operação contendo as necessárias adaptações.
11. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, os TUB obrigam-se a introduzir no Plano de Operação, a todo o tempo, as adaptações:
 - i) Que se revelarem necessárias por forma a dar uma resposta adequada à evolução das necessidades da procura no que concerne às deslocações do tipo casa-escola-casa resultantes do calendário escolar e dos horários de funcionamento de cada escola que sejam estabelecidos para cada ano letivo.



ii) Que lhe forem determinadas pelo MUNICÍPIO, por razões de interesse público.

12. Os TUB podem, a qualquer momento, realizar circulações adicionais nas linhas previstas no Plano de Operação que esteja em vigor, não carecendo de autorização prévia do MUNICÍPIO para o efeito, mas devendo comunicá-lo ao MUNICÍPIO aquando dos reportes estabelecidos no presente contrato.

13. Os TUB asseguram que o Plano de Operação, utiliza em cada interface e circulação, veículos que observem os requisitos legais obrigatórios, de acordo com a legislação em vigor sobre esta matéria, nomeadamente, a Lei nº 13/2006, de 17 de abril, na sua versão atualizada.

Cláusula 6.ª | Pontualidade

1. Os TUB obrigam-se a assegurar a pontualidade das Circulações e Horários definidos no Plano de Operação, em conformidade com o disposto no Anexo 2 (Escolas_Percursos_Horários_Km_Nº Alunos).

2. A prestação do serviço público de transporte escolar especializado não pode ser interrompida, nem suspensa, pelos TUB, salvo nos casos e termos expressamente previstos na lei e no Contrato-Programa.

3. Qualquer interrupção ou suspensão de circulação em qualquer linha e percurso pelos TUB apenas pode ocorrer após autorização prévia do MUNICÍPIO e em articulação com este.

Cláusula 7.ª | Apoio e informação ao público

1. Os TUB obrigam-se a assegurar a divulgação do serviço público e a prestação, nos locais e meios apropriados, de apoio e informações ao público, antes, durante e após a prestação do serviço de transporte, designadamente a respeito de percursos, paragens, horários, tarifários, condições de utilização, alterações de serviço ou outras.

2. No âmbito da divulgação do serviço público os TUB deverão produzir, atualizar e disponibilizar toda a sinalética, cartazes e demais meios de informação ao público a colocar em abrigos, paragens e a bordo dos veículos, bem como em *Website*, *App*, folhetos ou outros.

3. Os TUB obrigam-se ainda a disponibilizar um serviço de atendimento ao cliente, por correio eletrónico e por telefone, dimensionado por forma a dar uma resposta célere às solicitações recebidas, no âmbito do qual preste informações ao público relativamente a percursos, paragens, horários, tarifários, condições de utilização, atrasos e supressões de circulações ou outras, no mínimo, entre as 09:00 e as 17:30, todos os dias do ano.

4. Os TUB obrigam-se a proceder à divulgação, de forma adequada e atempada, de qualquer alteração ao Plano de Operação que se encontre em vigor, designadamente através da afixação de avisos na rede de vendas, nas paragens, a bordo dos veículos, no *Website/App*, nos meios de comunicação social e/ou através da distribuição de folhetos nas caixas de correio.

Cláusula 8.ª | Meios afetos

1. Os TUB comprometem-se a assegurar os veículos em número necessário e suficiente para a prestação do serviço público de transporte escolar especializado, os quais devem ser adequados ao fim a que se destinam e cumprir os requisitos estabelecidos legalmente.
2. Os TUB ficam autorizados contratar os operadores de transportes, ou o fornecimento de veículos ou de outros meios humanos ou materiais, necessários para prestar o serviço público de transporte escolar especializado, no estrito cumprimento do disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável à operação, nomeadamente o RJSPTP.
3. Os veículos a utilizar na exploração do serviço público de transporte escolar especializado devem estar devidamente licenciados e homologados, nos termos da legislação em vigor, para a atividade de transporte público escolar. A quantidade e as características técnicas do material circulante devem cumprir todas as exigências legais aplicáveis e ser adequadas à satisfação, em condições de conforto, da procura a cada momento verificada e ao cumprimento do desempenho dos TUB previsto no Caderno de Encargos.
4. O material circulante deve ser mantido em perfeito estado de utilização, limpeza, manutenção e segurança.

Cláusula 9.ª | Licenciamento e obrigações legais

1. Compete aos TUB garantir a obtenção e manutenção de todas as licenças e autorizações necessárias ao exercício das atividades integradas no serviço público, emitidas pela entidade legalmente competente, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 3/2001, de 10 de janeiro.
2. Os TUB assumem a responsabilidade por toda e qualquer consequência decorrente da inexistência, insuficiência, incumprimento ou desconformidade daquelas licenças, alvarás, certificações, credenciações ou autorizações com as leis, normas e regulamentos municipais, nacionais, europeus e internacionais aplicáveis, exceto se demonstrar comprovadamente que as mesmas não lhe são imputáveis.

3. Para efeitos do disposto no número anterior, os TUB são responsáveis, igualmente, pelo cumprimento de todas as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito municipal, nacional, europeu ou internacional.

CAPÍTULO III: SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO

Cláusula 10.ª | Subsídio à exploração

1. O MUNICÍPIO reconhece a necessidade de os TUB receberem um subsídio à exploração nos termos previstos no artigo 47.º do RJAEL, que tem por fim o financiamento da prossecução das atribuições a que a empresa está adstrita por força do presente Contrato-Programa, bem como para suportar o custo de estrutura e organização necessários ao cumprimento das suas responsabilidades.
2. Como contrapartida pelo desenvolvimento da política de preços prevista de acordo com presente Contrato-Programa, o MUNICÍPIO obriga-se a realizar para os TUB uma transferência financeira anual, apurada de acordo com a metodologia de cálculo constante, e devida e adequadamente justificada, do Anexo 3 (Cálculo e justificação do subsídio à exploração) ao presente Contrato-Programa e que dele faz parte integrante.
3. A estimativa de montante de transferência financeira anual para cada um dos anos do período de janeiro de 2024 a dezembro de 2026 (36 meses), consta igualmente do Anexo 3 (Cálculo e justificação do subsídio à exploração) ao presente Contrato-Programa.
4. O valor das transferências financeiras anuais previsto no número anterior poderá vir a ser ajustado em função da evolução dos fatores que contribuem para a sua quantificação, assumindo o MUNICÍPIO, em qualquer caso, a possibilidade de ter de suportar o agravamento de tal valor nos termos previstos no Anexo 3 (Cálculo e justificação do subsídio à exploração), bem como as suas eventuais atualizações.
5. O pagamento da transferência financeira realiza-se nos termos previstos na cláusula seguinte.

Comentado [SMCL4]: Necessário ajustar o valor

Comentado [SMCL5]: Data ajustada

Cláusula 11.ª | Pagamento

1. O MUNICÍPIO paga mensalmente 1/12 do valor da respetiva transferência financeira previsional para o ano em curso, conforme indicado no Anexo 3 (Cálculo e justificação do subsídio à exploração).

2. Para tal, deverão os TUB emitir as respetivas faturas até ao primeiro dia útil de cada mês, devendo o MUNICÍPIO realizar a respetiva liquidação até ao último dia útil do mesmo mês.
3. Após apuramento do valor efetivo da transferência financeira devida do ano n , através da fórmula indicada no Anexo 3 (Cálculo e justificação do subsídio à exploração), procede-se ao acerto dos montantes até ao final do mês seguinte à apreciação de contas relativas ao ano n ; para tal, deverão os TUB emitir os respetivos documentos de regularização, até final do mês seguinte à apreciação de contas relativas ao ano n .
4. A fixação do valor efetivo da transferência financeira para cada ano civil é realizada, ano a ano e nas datas determinadas, com base nas demonstrações de resultados produzidas com recurso a contabilidade analítica, sendo vedada qualquer forma de subsídio cruzada de outras atividades da empresa, e pela consideração dos valores registados no Balanço e na Demonstração de Resultados anuais dos TUB.
5. Os TUB devem apresentar a justificação do valor final ao MUNICÍPIO.
6. Caso existam dúvidas ou divergências quanto aos cálculos apresentados pelos TUB respeitantes ao valor anual de transferência financeira, o MUNICÍPIO poderá solicitar informações adicionais. Caso subsistam dúvidas, as PARTES poderão escolher uma entidade independente que procederá ao apuramento dos valores anuais efetivos.

CAPÍTULO IV: CONTROLO E DESEMPENHO

Cláusula 12.ª | Monitorização de desempenho

1. O MUNICÍPIO monitoriza anualmente o desempenho do presente Contrato-Programa e o cumprimento pelos TUB da sua missão, através de indicadores de desempenho organizacional que aferem a eficiência e eficácia das atividades com base na avaliação dos resultados dos serviços prestados pela empresa.
2. Os TUB são incumbidos de desenvolver todos os instrumentos necessários à operacionalização dos indicadores de desempenho previstos no presente Contrato-Programa, nomeadamente de natureza contabilística, documental e de avaliação de satisfação dos clientes.

Cláusula 13.^a | Indicadores de avaliação do cumprimento dos objetivos

O cumprimento dos objetivos dos TUB será medido através do Anexo 4 (Monitorização e Reporte) onde constam indicadores de eficácia e eficiência.

Cláusula 14.^a | Avaliação periódica e avaliação final

1. O presente Contrato-Programa será alvo de avaliação anual e de uma avaliação final, devendo os TUB elaborar, no final de cada ano e no final do Contrato-Programa, relatórios periódicos e um relatório final de execução, a apresentar ao MUNICÍPIO, do qual devem constar:

- i)* Informação sobre os principais aspetos da prestação do serviço público de transporte escolar especializado abrangido pelo Contrato-Programa, indicando eventuais dificuldades e problemas;
- ii)* Avaliação a partir dos indicadores definidos na cláusula anterior;
- iii)* A análise de eventuais desvios económicos e financeiros e respetiva justificação;
- iv)* Identificação de eventuais riscos que possam ter afetado significativamente a sua execução física e financeira.

2. O Fiscal Único dos TUB deverá emitir parecer sobre o relatório anual e o relatório final referidos no número anterior.

CAPÍTULO V: DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 15.^a | Regime supletivo

Em tudo o que não esteja expressamente previsto no presente Contrato-Programa aplicar-se-á o disposto no RJAEL e no RJSPTP.

Cláusula 16.^a | Duração

1. O presente Contrato-Programa produz efeitos a partir da data da sua assinatura até junho de 2026.



2. O Contrato-Programa pode ser prorrogado ou renovado por iguais ou diferentes períodos mediante acordo das PARTES, a outorgar até ao termo da vigência do prazo que estiver a correr, mediante aditamento ao presente Contrato-Programa.
3. O Aditamento previsto no número anterior implica a definição do subsídio á exploração aplicável ao período da respetiva prorrogação ou renovação, mantendo-se, no mais, o disposto no restante clausulado contratual.

Cláusula 17.ª | Gestor de contrato

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, é nomeado gestor de contrato do presente Contrato-Programa:

Pedro Moreira, coordenador da Unidade de Coordenação de Transportes Públicos de Passageiros, com os seguintes contactos: pedro.moreia@cm-braga.pt

Cláusula 18.ª | Comunicação

A celebração do presente Contrato-Programa deve ser comunicada à Inspeção-Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 47.º, n.º 7, do RJAEL, no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua celebração.

O presente Contrato-Programa é feito em duas versões, iguais e de idêntico valor, ficando um exemplar na posse de cada uma das PARTES, possuindo todas as folhas rubricadas e vai ser assinado em:

Braga, [•] de 2023

Município de Braga

**TUB – Transportes Urbanos de
Braga, E.M.**

Dr. Ricardo Rio

Teotónio dos Santos

Sandra Cerqueira



ANEXO 1

Fundamentação e Objetivos do Projeto

Tendo como autoridade de transportes para o serviço público de transporte rodoviário de passageiros de âmbito municipal, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/ 2015, de 9 de junho («RJSPTP»), o Município de Braga, cabe aos Transportes Urbanos de Braga (TUB), operador interno, a exploração do serviço público de transporte de passageiros de âmbito municipal, através de contrato de concessão, nos termos dos artigos 16.º, n.º 1, alínea b), subalínea i) e 17º do RJSPTP.

Os Transportes Urbanos de Braga (TUB) promovem procedimentos de Concurso Público para a aquisição de serviços em regime especializado em Transporte Coletivo de Passageiros, no âmbito de Mobilidade Escolar, designado de “School Bus”, desde o ano letivo de 2017/2018, para uma rede que inclui 4 (quatro) Interfaces, assegurando o serviço de mobilidade escolar para 8 (oito) escolas, com resultados positivos.

Com o objetivo de alargar a cobertura de serviços “School Bus” para a globalidade das escolas do município e proporcionar os benefícios do projeto a toda a comunidade estudantil em condições de conforto e segurança, os TUB, com manifesta experiência no controlo e monitorização sistemática do serviço subcontratado, através do acompanhamento de indicadores de desempenho e realização de auditorias à prestação de serviço, pretendem subcontratar o serviço público de transporte de passageiros, “School Bus”.

O lançamento do procedimento concursal, “School Bus” apresenta inúmeros benefícios, ao nível da mobilidade urbana sustentável, nomeadamente a redução do congestionamento automóvel no perímetro das escolas Concelho, consequentemente redução dos níveis de sinistralidade e melhoria da segurança da população, a redução de emissões de gases com efeitos de estufa, designadamente CO2 e incremento da qualidade de vida da população.

Proporcionar melhores condições de conforto e segurança no transporte, às crianças e aos clientes da rede regular, aumentar a equidade proporcionando igual qualidade de serviço a todas a comunidade estudantil do concelho e assegurar o cumprimento dos requisitos legais, em particular de acordo com a lei 13/2006, são outros dos objetivos deste procedimento.

Paralelamente, os serviços de transporte de passageiros “School Bus” libertam viaturas afetadas ao transporte regular, fomentando a qualidade do serviço, mas também aumentando a eficiência e eficácia do mesmo, na medida em que permite reforçar a oferta regular e otimizar o serviço, diminuir a idade média da frota, melhorar a eficiência dos TUB através da diminuição das necessidades de frota, permitindo desta forma aumentar a oferta de novas linhas.

ANEXO 3

Cálculo e justificação do subsídio à exploração

1. Fórmula de cálculo das transferências financeiras anuais

A fórmula de cálculo das transferências financeiras anuais do Município corresponde a:

(Km/anuais percorridos * Custo/Km) + Encargos da Gestão de Contrato TUB/ano

A fórmula de cálculo das transferências financeiras anuais do Município assenta nos quilómetros percorridos anualmente.

Os valores integrantes da fórmula são dados de acordo com o Anexo 2 (Escolas_Percursos_Horários_Km_Nº Alunos), a que se adicionam os encargos com a gestão do contrato assumidos pelos TUB através da tabela Valor anual esperado das transferências financeiras (valores em euros), do presente anexo.

2. Valor anual das transferências financeiras (previsional)

O valor previsional das transferências financeiras para o período 2023-2026, apuradas com base na fundamentação e na fórmula referida em 1. é apresentado na tabela seguinte.

Tabela: Valor anual esperado das transferências financeiras (valores em euros).

Ano	km's anuais	Preço km contratar	Valor Exploração da Operação (a subcontratar)	Encargos de Gestão de Contrato TUB	Valor de subsídio à exploração
2024 (janeiro a dezembro)	184.000	9,30 €	1.711.200,00 €	89.951,00 €	1.801.151,00 €
2025 (janeiro a dezembro)	184.000	9,30 €	1.711.200,00 €	89.951,00 €	1.801.151,00 €
2026 (janeiro a dezembro)	184.000	9,30 €	1.711.200,00 €	89.951,00 €	1.801.151,00 €
Total	552.000	9,30 €	5.133.600,00 €	269.853,00 €	5.403.453,00 €

3. Encargos da Gestão de Contrato TUB

Segue detalhe do cálculo dos encargos da Gestão de Contrato, por ano efetuado pelos TUB.

ANEXO 4

Monitorização e Reporte

1. Sistema de monitorização e reporte

- 1.1. Os TUB mantêm um sistema de monitorização e reporte do desempenho do serviço “School Bus” subcontratado, extensível às empresas que atuem sob sua conta ou que também elas subcontratem a prestação do referido serviço.
- 1.2. O sistema de monitorização inclui a realização de auditorias regulares ao “School Bus”, acompanhamento aos indicadores de desempenho do serviço previstos no ponto 3. do presente anexo e respetivo reporte ao Município.
- 1.3. Com este sistema pretende-se prevenir e detetar situações de incumprimento contratual, promovendo a sua correção ou evitando a sua recorrência.
- 1.4. Os passageiros transportados, ocorrências detetadas e todos os resultados das atividades de monitorização deverão ter por base o correspondente registo mensal, a remeter ao Município de Braga - Reporte Mensal “School Bus”, bem como, um relatório de reporte anual de acompanhamento da prestação do serviço.
- 1.5. Os relatórios previstos no ponto anterior deverão ser entregues ao Município de Braga em suporte informático.
- 1.6. Os TUB reservam-se no direito de, em qualquer altura, rever os procedimentos inerentes ao sistema de monitorização e implementar novos procedimentos ou alterações aos modelos e informações a constar dos reportes a prestar ao município.

2. Auditorias à prestação do serviço

- 2.1. Os TUB realizam auditorias ao “School Bus” de modo a aferir as condições de prestação do serviço, em conformidade com o estabelecido contratualmente com o operador de serviço, seguindo uma lógica amostral, mais representativa possível da realidade do Serviço.
- 2.2. O relatório de auditoria deverá incidir sobre as especificações de serviço, nomeadamente sobre o cumprimento de horários, percursos, requisitos legais e contratuais, bem como, incluir todos os demais comentários considerados relevantes pelos auditores.

3. Indicadores de desempenho

- 3.1. De acordo com o ponto 1.4 do presente anexo, os TUB obrigam-se a acompanhar e remeter em relatório próprio, mensalmente e em reporte anual, ao Município de Braga, os

seguintes resultados e respetiva análise relativamente ao mês/ano anterior, bem como, quanto à eficácia e eficiência atingida, no que lhe é aplicável.

3.1.1. Idade média da frota

3.1.2. Nº de passageiros transportados

3.1.3. Veículos Km percorridos

3.1.4. Indicadores de Eficácia

3.1.5. Indicadores de Eficiência

Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo	Nível de Classificação
Eficácia	Índice de pontualidade	$(N^{\circ} \text{ de NC (acertos, trocas de FC) de atrasos} / \text{Total das circulações}) \times 100$	Prestação Ineficaz $< 98\%$ Prestação Eficaz $98\% \leq X \leq 99\%$ Prestação Muito Eficaz $= 100\%$
	Índice de regularidade	$(\text{Faltas de circulação (serviços não realizados)} / \text{Total das circulações}) \times 100$	Prestação Ineficaz $< 98\%$ Prestação Eficaz $98\% \leq X \leq 99\%$ Prestação Muito Eficaz $= 100\%$

Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo	Nível de Classificação
Eficiência	Valor da Gestão de Contrato/ano	$\text{Custo total dos encargos com a gestão do contrato} / \text{Km/anuais percorridos} \times \text{Custo/Km}$	Prestação Ineficiente $X > 5\%$ Prestação Eficiente $\% 4 \geq X \leq 5\%$ Prestação Muito Eficiente $X < 4\%$
	Custo v.km por passageiro	$\text{Custo total do contrato anual} / n^{\circ} \text{ PT}$	Prestação Ineficiente $X > 9,39\text{€}$ Prestação Eficiente $8,50\text{€} \geq X < 9,39\text{€}$ Prestação Muito Eficiente $X \leq 8,50 \text{ €}$

4. Obrigações de Reporte



a. Os TUB obrigam-se a remeter ao Município de Braga, um relatório mensal de acompanhamento da prestação do serviço "School Bus", no qual conste a seguinte informação relativamente ao mês anterior:

1. Plano de oferta;
2. Mapa de passageiros transportados por horário;
3. Listagem/resumo de reclamações;
4. Resultados/resumo de auditorias realizadas aos prestadores de serviço;
5. Listagem/resumo das não conformidades registadas em auditoria, durante a prestação do serviço público de transporte de passageiros, por motivo;
6. Resultados dos indicadores previstos no ponto 3. do presente anexo.

b. Os TUB obrigam-se a remeter ao Município de Braga, até ao dia 31 de janeiro, um relatório anual de acompanhamento da prestação do serviço "School Bus", no qual conste a informação prevista no ponto anterior, relativamente ao ano precedente, bem como:

1. Informação sobre os principais aspetos da prestação do serviço público de transporte escolar especializado abrangido pelo Contrato-Programa, indicando eventuais dificuldades e problemas;
2. Análise de eventuais desvios económicos e financeiros e respetiva justificação;
3. Identificação de eventuais riscos que possam ter afetado significativamente a sua execução física e financeira.